



BOLSA FECHA EM DISPARADA DE 3% COM DISPUTA ELEITORAL ACIRRADA; DÓLAR RECUA A R\$ 5,10

A Bolsa fechou em disparada de 3% nesta quarta-feira (2), após pesquisa eleitoral Quaest revelar uma disputa mais acirrada entre Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições presidenciais.

O resultado, em conjunto com a tensão entre Estados Unidos e Irã no Oriente Médio, tem impulsionado os ativos domésticos nos últimos pregões e aumenta a percepção de uma possível alternância de poder nas eleições.

O Ibovespa, índice de referência do mercado acionário brasileiro, encerrou o dia em alta de 3,05%, a 185.205 pontos na maior alta registrada desde



março e no maior valor de fechamento desde maio. Na máxima do dia, o índice avançou 3,51%, a 186.028 pontos.

O dólar, por outro lado, recuou 0,89%, a R\$ 5,106, em movimento mais intenso

do que o observado no exterior. Lá fora, o índice DXY, que mede o desempenho da moeda americana ante outras seis divisas fortes, também recuava, com baixa de 0,08%.

O cenário eleitoral bra-

sileiro esteve no foco do pregão. O presidente Lula (PT) registrou 37% das intenções de voto no primeiro turno das eleições de 2026, enquanto o senador Flávio Bolsonaro (PL) aparece com 30%, segundo pesqui-

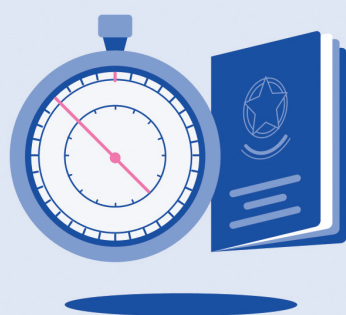
sa Quaest divulgada nesta quarta-feira (2).

Trata-se do primeiro levantamento nacional feito pelo instituto após o início oficial da campanha eleitoral. O cenário é de relativa estabilidade em relação à rodada anterior, divulgada em 14 de agosto, quando o petista tinha 38% das intenções de voto, ante 31% do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No segundo turno, Lula aparece com 42% das intenções de voto, ante 41% de Flávio Bolsonaro, em cenário de empate técnico. Em 14 de agosto, os dois também apareciam tecnicamente empatados, com 43% e 40%, respectivamente.

Folhapress

DESTAQUES DO DIA



Comissão aprova fim da escala 6x1 e votação vai a último estágio, no plenário do Senado

Entenda o que pode acontecer com Moraes após revelação de mensagens com Vorcaro

Gilmar procura Lula para cobrar apoio do governo à cúpula da PF em embate entre Moraes e Mendonça

Famílias poderão concluir inventário em cartório sem pagar imposto sobre herança, diz CNJ



TSE deve definir limites para uso de IA em campanhas nesta terça-feira (1º)



NO MUNDO

Xi defende pacto militar de países do Oriente Médio

O líder chinês Xi Jinping declarou nesta quarta-feira (2) apoio à iniciativa de países do Oriente Médio de formar uma aliança militar independente, posicionando a potência asiática quando a região é remodelada geopoliticamente pela guerra dos Estados Unidos com o Irã.

Xi está no Cairo para uma visita de Estado, a primeira que faz à região desde o fim de 2024, pouco antes da volta de Donald Trump ao poder na Casa Branca. Ele foi recebido pelo ditador Abdel Fattah al-Sisi, ator central no jogo de poder do Oriente Médio.

Segundo a agência estatal chinesa Xinhua, o líder afirmou que "os povos do Oriente Médio devem ser os mestres de seus próprios assuntos", e que "a interferência externa deve ser rejeitada" no caso, claro, a americana.

Xi afirmou que "a China apoia países da região na



construção de uma nova arquitetura de segurança", referência direta ao Acordo de Meca, pacto militar inédito que uniu Turquia, Arábia Saudita e Paquistão no dia 7 do mês passado.

A aliança é o mais eloquente sinal das mudanças que começaram a ganhar corpo quando os terroristas palestinos do Hamas atacaram Israel em 2023, disparando uma guerra regional que enfraqueceu a rede de apoio construída pelo Irã, então mais agressivo país da região.

O pacto é uma resposta à realidade criada após o ataque dos Estados Unidos, com apoio do Estado judeu, à teocracia. A guerra, algo adormecida desde julho,

voltou nesta terça (1º) a registrar ataques mútuos entre americanos e iranianos.

As potências muçulmanas, inclusive o nuclear Paquistão, querem mostrar unidade ante as retaliações de Teerã contra os vizinhos aliados dos EUA, mas principalmente fazer frente ao poderio militar crescente de Israel.

Com efeito, o Estado judeu já se estranhou com os rivais turcos na Síria, país em que uma ditadura hostil a Tel Aviv apoiada pelo Irã foi substituída por um regime liderado por rebeldes jihadistas igualmente refratários ao Estado judeu com o apoio de Ancara.

Folhapress

Sem nomear Lula, Trump diz ter boa relação com o Brasil e cita influência dos EUA em eleições na América Latina

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quarta-feira (2) que mantém uma "boa relação" com o Brasil, sem citar nominalmente o presidente Lula, e disse ter ajudado a eleger líderes na América Latina ao comentar o avanço da direita na região.

"Eles passaram da esquerda para a direita. Estão todos indo para a direita. Temos uma boa relação com o Brasil, uma boa relação, na verdade, com praticamente todos eles agora", disse Trump. "Eles têm muito respeito pelo nosso país. Dois anos atrás, eles não respeitavam nosso país de jeito nenhum."

A declaração foi dada em resposta a uma pergunta sobre a presença militar americana na América do Sul. Trump se desviou do tema e passou a falar sobre a relação dos EUA com governos da região e sobre

candidatos que apoiou em eleições latino-americanas.

A fala de Trump ocorre após meses de tensão entre Brasil e EUA, com a imposição de novas tarifas sobre produtos brasileiros e a revogação do visto da embaixadora do Brasil em Washington.

Nas últimas semanas, porém, houve sinais de distensão, com um telefonema entre Lula e Trump que abriu caminho para a retomada das negociações comerciais e encontros do republicano com empresários brasileiros, entre eles André Esteves, do BTG/Pactual, e Joesley Batista, da JBS.

Nesta quarta, o americano citou ainda a Colômbia e afirmou ter endossado o atual presidente do país. Segundo Trump, o candidato não era considerado favorito na disputa, mas acabou eleito e, em sua avaliação, "está fazendo um ótimo trabalho".

Folhapress

Trump propõe mudar nome do estreito de Hormuz para estreito de Trump



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sugeriu nesta quarta-feira (2) renomear o estreito de Hormuz para "estreito de Trump". A declaração, compartilhada nas redes sociais, ocorre em meio à disputa com o Irã pelo controle da via marítima e a uma nova onda de ataques no Oriente Médio.

Atualmente, o estreito por onde passava, antes da guerra, cerca de um quinto do petróleo comercializado em todo o mundo, está bloqueado por Teerã. Em resposta, Washington bloqueou portos iranianos.

"Agora que o temos sob controle dos EUA, deveríamos mudar o nome

do estreito de Ormuz para ESTREITO DE TRUMP???", escreveu o republicano em sua plataforma Truth Social. Não é a primeira vez que Trump sugere mudar o nome do estreito, uma das principais rotas de energia do mundo, em sua homenagem.

Em abril, o presidente americano republicou uma imagem que mostrava com o nome "estreito de Trump". A ilustração trazia um mapa da região e retratava vários navios com a bandeira dos EUA navegando pelo canal.

Mais cedo nesta quarta, o regime do Irã chamou os EUA de Satã, após acusar as forças americanas de matar cinco pessoas, entre elas uma criança, durante

uma festa de casamento no sul do país. Autoridades de Washington não confirmam envolvimento de seus militares no ataque.

As declarações ocorrem depois de uma nova sequência de ataques entre os países. Os EUA atingiram alvos na costa sul do Irã, enquanto Teerã lançou mísseis e drones contra instalações americanas em diferentes pontos do Oriente Médio. Foram as maiores ofensivas do conflito desde julho.

Os EUA afirmaram ter atingido sistemas de defesa aérea, radares, equipamentos marítimos, estruturas relacionadas à instalação de minas e centros de comunicação da Guarda Revolucionária.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

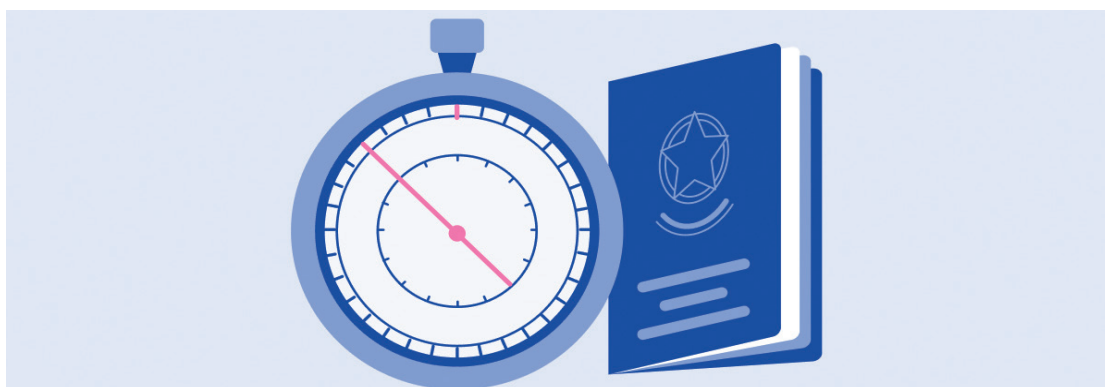
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Comissão aprova fim da escala 6x1 e votação vai a último estágio, no plenário do Senado



A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou nesta quarta-feira (2) o relatório da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a escala 6x1, em que o trabalhador tem apenas um dia de folga semanal.

A proposta foi aprovada em votação simbólica, quando não há declaração de votos. Os senadores Rogério Marinho (PL-RN), Jaime Bagattoli (PL-SC), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Tereza Cristina (PP-MS) votaram contra.

A aprovação na comissão é a penúltima etapa na tramitação. O texto ainda precisa ser analisado no plenário do Senado, onde são necessários votos de 49 dos 81 senadores. A base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha

para que isso aconteça pelo menos antes do segundo turno das eleições.

Foi aprovado também uma recomendação de calendário especial no plenário, o que permitiria que a primeira e a segunda votações aconteçam no mesmo dia, decisão que depende de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Casa.

Ao fim da votação na comissão, a base do governo puxou gritos de "plenário, plenário". Alcolumbre não se comprometeu a incluir a PEC na pauta do plenário, e governistas dizem que ainda esperam sensibilizar o presidente do Senado.

O ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, esteve na CCJ e, após a votação, disse esperar que a proposta chegue ao plenário nesta

quarta ou na quinta. Esta semana é a última janela de votações prevista antes das eleições, em outubro.

O relatório do senador Omar Aziz (PSD-AM) reproduziu integralmente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados em maio. Até o início da votação na CCJ, 36 emendas haviam sido apresentadas, e todas foram rejeitadas pelo relator.

A maioria delas foi apresentada pela oposição. Eram tentativas de evitar a redução na jornada semanal, evitar a concessão de dois dias de folga para que apenas um fosse remunerado e de aumentar o período de transição. Um destaque do líder da oposição, senador Rogério Marinho, que buscava acabar com o descanso semanal remunerado, também foi recusado na comissão.

Folhapress

Veto a propaganda de bets avança no Senado e mira TV, futebol e influenciadores

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado aprovou nesta quarta-feira (2) um projeto que proíbe as propagandas das bets. Na mesma sessão, o grupo também referendou um pedido para que o texto vá direto ao plenário da Casa.

Congressistas favoráveis ao texto tentam votar a proposta até esta quinta-feira (3). Isso porque a partir da próxima semana o Congresso Nacional ficará praticamente vazio, com os políticos focados nas atividades eleitorais nos próprios estados.

Pelo projeto, ficam vedadas propagandas de casas de aposta de quota fixa na televisão, no rádio, em jornais e revistas, podcasts, redes sociais, sites, buscadores e até serviços de streaming.

O texto também proíbe patrocínio das bets a clubes, campeonatos esportivos, transmissões esportivas, influenciadores e atletas.

A categoria "quota-fixa" se refere aos jogos aquelas em que a pessoa sabe quanto vai ganhar no momento em que tenta a sorte. Por

exemplo, as apostas esportivas, roletas, cassino ou o tigrinho.

O projeto ainda tipifica como crime o ato de "divulgar, promover, veicular, anunciar ou intermediar a publicidade" de bets ilegais. A pena básica é de um a cinco anos, mas pode chegar a quase nove anos caso seja cometido por pessoas conhecidas publicamente.

Atualmente, as propagandas e os patrocínios se tornaram uma das principais fontes de renda do esporte. Quase todos os times da Série A, por exemplo, tem algum tipo de acordo comercial com casas de aposta.

A ofensiva contra as bets se intensificou depois da Copa do Mundo, torneio que ficou marcada pela presença agressiva de publicidade durante as transmissões, inclusive no meio dos jogos e interrompendo a própria narração da partida.

Em resposta, o governo Lula (PT) criou mecanismos mais rígidos para as publicidades. Nesta terça (1º), o petista prometeu tomar uma decisão drástica contra o setor.

Folhapress

Famílias poderão concluir inventário em cartório sem pagar imposto sobre herança, diz CNJ



Famílias que queiram dividir bens deixados como herança não precisarão mais pagar o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para concluir o inventário em cartório e ter acesso à escritura pública.

É o que decidiu o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no fim do mês de agosto diante de solicitação realizada pelo CNB (Colégio Notarial do Brasil).

De acordo com a decisão do conselho, que é administrativa e alcança tabeliães, registradores e corregedorias, o ITCMD continua sendo cobrado, mas posteriormente, em momento definido pelo estado responsável, sem ser pré-requisito para que a escritura de inventário seja

lavrada (elaborada e assinada no cartório de notas).

Acontece que, como o imposto é estadual, algumas leis locais estabelecem regras próprias relacionadas à atuação do tabelião e ao momento do recolhimento do tributo, condicionando a lavratura da escritura ao pagamento do imposto, o que pode gerar conflitos com a nova medida.

Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, por exemplo, apresentam essa condição em suas legislações. O inventário é usado para formalizar a divisão dos bens deixados por uma pessoa que morreu. Ele pode ser judicial, quando um juiz decide ou homologa a partilha, ou extrajudicial, quando é realizado em um cartório de notas.

A modalidade extrajudicial resulta em uma escritura pública, que registra quem ficará com cada bem e serve de título para a transferência de imóveis, veículos, participações em empresas, valores e outros direitos.

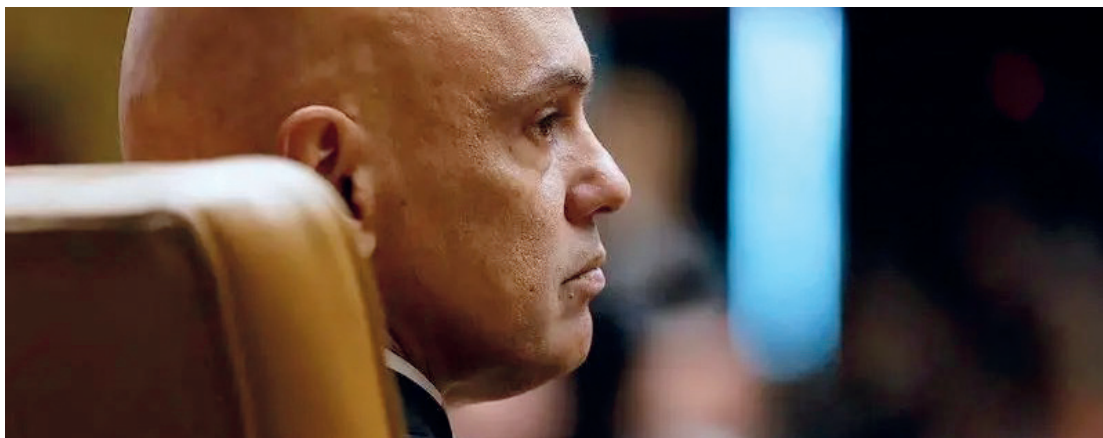
As Secretarias da Fazenda de São Paulo e do Rio de Janeiro afirmaram à reportagem que a cobrança do ITCMD em inventários extrajudiciais seguirá sendo feita antes da lavratura da escritura.

"A nova diretriz do CNJ não afasta a obrigação tributária das partes, tampouco a responsabilidade do notário e não vincula o ente tributante estadual, que cumprirá o determinado na legislação vigente", afirmou o estado de São Paulo em nota.

Folhapress

POLÍTICA

Entenda o que pode acontecer com Moraes após revelação de mensagens com Vorcaro



Um conjunto de mensagens extraídas pela Polícia Federal do celular de Daniel Vorcaro, do Banco Master, revelou na terça-feira (1º) que o ex-banqueiro mantinha contato com um interlocutor apontado como sendo o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Parte dos diálogos veio à tona depois que o ministro André Mendonça pediu manifestação da PGR sobre um documento enviado pela PF ao STF. O conteúdo não permite saber se Moraes teria respondido às mensagens de Vorcaro.

Na avaliação de Mendonça, as conversas comprovam que o ex-banqueiro soube antes da decisão que determinou sua prisão -efetuada no dia 17 de novembro- e

que Vorcaro pedia "intervenção junto a autoridades públicas envolvidas nos respectivos processos decisórios".

Vorcaro teria, segundo a PF, procurado Moraes enquanto tentava salvar o Banco Master e acompanhar as investigações das fraudes. Dois dias antes da prisão, ele questiona: "Acha que segunda já tenho que estar fora?"; na véspera, pergunta: "Você acha que existe alguma chance disso acontecer amanhã de manhã?".

Agora, o ministro relator do caso quer que o caso seja debatido pelo plenário do STF. A definição de uma data caberá ao presidente do Supremo, ministro Edson Fachin.

A ala bolsonarista do Congresso e o senador

Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República, voltaram a cobrar a abertura de um processo de impeachment de Moraes, que não se pronunciou sobre o caso até a tarde desta quarta (2).

A PGR é responsável por pedir a investigação e oferecer denúncias de ministros do STF e outras autoridades com foro especial, como presidente, vice-presidente e membros do Congresso Nacional, que são julgadas pela própria corte.

Há, porém, um aspecto inédito na situação, como ressaltaram especialistas ouvidos pela Folha, visto que há menções ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, nas mensagens enviadas por Vorcaro.

Folhapress

Flávio Bolsonaro chama encontro de Mendonça com Vorcaro de cortina de fumaça e diz que Moraes é 'laranja podre'

O candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) chamou a revelação de uma conversa entre o banqueiro Daniel Vorcaro e o ministro do STF André Mendonça de "cortina de fumaça" para desviar o foco das revelações sobre os contatos entre o ex-banqueiro e o também ministro Alexandre de Moraes.

"É impossível querer lançar uma cortina de fumaça como essa contra o ministro André Mendonça", disse Flávio. "Pelo que eu vi na nota que ele publicou, [o encontro] foi numa época em que ele sequer era relator dessa ação, tratando de um assunto específico registrado em sua agenda, um contato totalmente profissional. Muito diferente do Alexandre de Moraes."

Em coletiva de imprensa em Esteio (RS), onde visitou a feira agrícola Expointer, o senador voltou a cobrar que Moraes, a quem chamou de "laranja podre", deixe o STF. O senador também fez um aceno ao tribunal, e disse que é preciso defendê-lo como instituição.

"A gente não pode mais admitir que uma laranja podre contamine todas as laranjas, e nós temos que fazer uma defesa intransigente do STF. Para que o Supremo resgate sua credibilidade, Moraes tem que sair."

Segundo o candidato, as mensagens reveladas apontam que Moraes "cometeu diversos crimes". Flávio também disse que o ministro é "alguém que claramente usava sua caneta para fazer uma espécie de proteção ao Vorcaro."

"É inadmissível, com o que veio à tona, ele continuar a ser ministro do Supremo", continuou Flávio. Ele disse que o PL também vai pedir o afastamento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues -ambos citados nas mensagens.

Na coletiva, Flávio não fez menções às suas próprias interações com Vorcaro a respeito do financiamento do filme "Dark Horse", cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que cumpre prisão domiciliar.

Folhapress

Gilmar procura Lula para cobrar apoio do governo à cúpula da PF em embate entre Moraes e Mendonça



Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes procurou o presidente Lula (PT), na manhã de terça-feira (1º), com intuito de alertá-lo para o que, em conversas, tem chamado de falta de apoio à cúpula da Polícia Federal por parte das instituições de governo.

A conversa se deu em meio a uma queda de braço entre o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o ministro André Mendonça, do STF, sobre a condução das investigações do Banco Master. O caso ganhou novos contornos após Mendonça determinar a elaboração pela PF de um relatório que expôs trocas de mensagens entre Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro.

Na conversa, Gilmar afirmou que, se um ministro do Supremo está fazendo uma intervenção indevida no trabalho da PF, esse não é só um problema do tribunal, mas do governo. O ministro teria procurado Lula após um café com a participação de ministros do STF e Andrei, ainda segundo relatos.

Integrantes da cúpula da Polícia Federal dizem ver omissão da AGU (Advocacia-Geral da União) nos atritos entre a corporação e Mendonça. O órgão comandado por Jorge Messias, por sua vez, tem apontado que a PF propõe medidas que poderiam resultar na anulação de investigações sobre o Banco Master.

Segundo relatos, na conversa com Lula, Gilmar

afirmou que existe uma disfuncionalidade nas relações entre PF e a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Justiça, chefiados pelos ministros Jorge Messias e Wellington César Lima e Silva, respectivamente.

A troca de acusações é o último capítulo da disputa que escalou entre a AGU e a PF nos últimos meses. O embate começou quando a Polícia Federal passou a demandar que a AGU atuasse perante o Supremo para tentar reduzir o controle do ministro Dias Toffoli sobre os inquéritos dos quais ele era relator.

A AGU, responsável por representar juridicamente a União, tem se manifestado de forma contrária a esse tipo de demanda.

Folhapress

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

TSE deve definir limites para uso de IA em campanhas nesta terça-feira (1º)



O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deve analisar na próxima terça-feira (1º) a ação movida pelo PT contra um vídeo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) produzido por IA (inteligência artificial) e exibido durante a convenção do PL que oficializou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

O julgamento deve estabelecer uma tese sobre os limites para o uso de inteligência artificial na propaganda eleitoral, com potencial para orientar outros casos analisados pela Justiça Eleitoral. A Corte também deverá decidir se houve irregularidade e se

o PL e Flávio Bolsonaro devem ser punidos pela divulgação do material.

Na gravação, uma reprodução digital de Jair Bolsonaro aparece manifestando apoio à candidatura do filho. Bolsonaro cumpre pena em prisão domiciliar após ser condenado a 27 anos e três meses de reclusão por tentativa de golpe de Estado e, por isso, teve seus direitos políticos suspensos e está proibido de se comunicar com o meio externo por meio da internet.

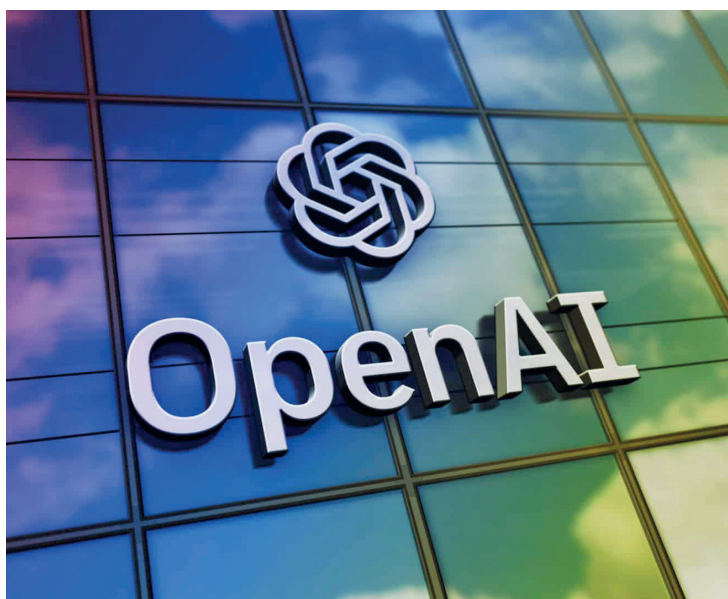
Após a exibição do vídeo, a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV, acionou o TSE afirmando que o conteúdo configura propaganda eleitoral antecipada e viola as

regras da Justiça Eleitoral que proíbem o uso de deepfakes para favorecer ou prejudicar candidaturas.

O caso será analisado no tribunal eleitoral em meio a um debate ainda sem consenso entre os ministros sobre os limites para o uso de inteligência artificial nas campanhas e, principalmente, sobre quais conteúdos devem ser classificados como deepfakes.

A resolução que regulamenta a propaganda eleitoral nas eleições de 2026 determina que conteúdos sintéticos produzidos ou alterados por inteligência artificial sejam identificados de forma explícita. A norma, no entanto, proíbe o uso de deepfakes desde 2024. CNN

OpenAI vai interromper fornecimento de modelos de IA para Cursor, da SpaceX



A OpenAI anunciou na sexta-feira (28) que planeja interromper o fornecimento de modelos de IA à Cursor, empresa de ferramentas de programação que agora pertence à SpaceX, de Elon Musk, o que marca mais um agravamento na acirrada rivalidade entre o presidente-executivo da OpenAI, Sam Altman, e Musk.

Musk e Altman estão em desacordo há anos, uma disputa que culminou no início deste ano em um julgamento sobre a ação judicial de US\$ 150 bilhões movida por Musk contra a OpenAI.

Durante o julgamento, o advogado de Musk afirmou que Musk e outras testemunhas haviam declarado que Altman era um mentiroso, enquanto a OpenAI argumentou que Musk havia bus-

Negócio de publicidade da OpenAI atinge receita anualizada de US\$ 1 bilhão

A OpenAI anunciou nesta segunda-feira que o ChatGPT Ads, o negócio de publicidade da empresa, atingiu US\$1 bilhão em receita anualizada.

A empresa começou a testar anúncios no ChatGPT nos Estados Unidos no início deste ano e vem se expandindo para atrair anunciantes e entrar em mais mercados.

A partir desta segunda-feira, anunciantes na Índia, Europa, Oriente Médio e Norte da África poderão adquirir espaços de anúncios no ChatGPT diretamente por meio do Ads Manager da OpenAI, uma ferramenta que já foi lançada nos EUA.

O Ads Manager tem sido útil para atrair pequenas e médias empresas a anunciar no ChatGPT, informou a empresa, acrescentando que o segmento agora re-

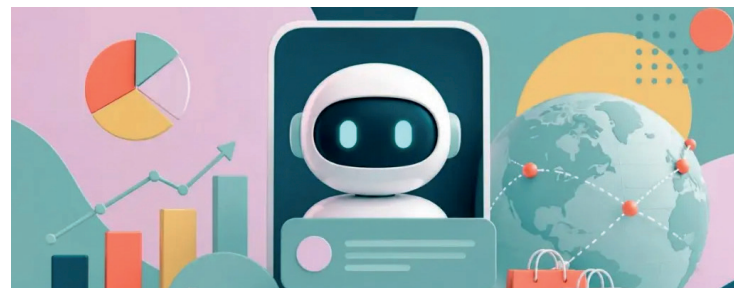
presenta uma “participação significativa” em seu negócio de publicidade.

A OpenAI afirmou que os anunciantes fora dos EUA representam uma parcela crescente da receita, mas não divulgou detalhes.

Em abril, a OpenAI havia informado que seu projeto-piloto de anúncios nos EUA ultrapassou US\$100 milhões em receita anualizada seis semanas após o lançamento.

Para a OpenAI, competir no setor de publicidade significa desafiar o domínio do Google e da Meta, que, juntos, arrecadam centenas de bilhões de dólares em receita publicitária anualmente.

A OpenAI apresentou, de forma confidencial, um pedido de oferta pública inicial de ações (IPO) nos EUA no início deste ano, e a empresa deve abrir o capital em 2027 ou antes. CNN



cado o controle da empresa. “Estamos tomando essa decisão porque não podemos ter certeza de que a SpaceX utilizará nossa tecnologia de acordo com nossos termos de serviço, com base em nossa experiência com as empresas de Elon Musk que violaram contratos”, afirmou a OpenAI em uma postagem no blog.

Musk respondeu na madrugada deste sábado em uma postagem no X, escrevendo: “Não poderia me importar menos.”

Ele acusou Altman e o presidente da OpenAI, Greg Brockman, de serem “indignos de confiança”, ao mesmo tempo em que repetiu sua alegação de que eles “roubaram uma organização sem fins lucrativos de código aberto”.

Musk, a pessoa mais rica do mundo, havia processa-

do a OpenAI e Altman acusando-os de trair a missão original sem fins lucrativos da empresa para benefício próprio. Um júri federal decidiu contra Musk no início deste ano, concluindo que ele havia entrado com a ação tarde demais.

No entanto, Michael Truell, cofundador da Cursor e atualmente executivo da SpaceX, disse no X que a empresa estava conversando com a equipe da OpenAI para resolver essa questão.

Horas após o anúncio da OpenAI, a Anthropic — que rivaliza com ambas as empresas, mas mantém uma parceria em andamento com a SpaceX —, afirmou que planejava aumentar a capacidade computacional para dar suporte aos modelos Claude na Cursor, segundo Tom Brown, um dos cofundadores da empresa. CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Distribuidora Automotiva S.A. e Controladas

CNPJ nº 61.490.561/0001-00											
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
BALANÇOS PATRIMONIAIS											
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado			
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		
Ativo circulante					Passivo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.953	588	33.990	17.406	Fornecedores	2	-	2.548	1.146		
Contas a receber	23.394	821	113.518	100.306	Obrigações por arrendamentos	-	-	1.146	1.488		
Estoques	-	-	24.577	17.275	Impostos a recolher	3.952	271	3.605	543		
Impostos a recuperar	-	-	5.791	5.157	Contas a pagar	1.161	826	27.810	28.160		
Outros ativos	1.365	1.341	1.644	1.580	Dividendos	-	351	-	351		
Partes relacionadas	12.850	5.526	12.850	13.169	Salários e obrigações sociais	1.407	1.261	2.081	1.707		
Total do ativo circulante	44.562	8.276	192.370	154.893	Partes relacionadas	-	-	53.212	53.443		
					Total do passivo circulante	6.522	2.709	90.402	86.838		
Ativo não circulante					Passivo não circulante						
Depósitos judiciais	-	-	13	13	Obrigações por arrendamentos	-	-	4.376	187		
Impostos a recuperar	-	-	-	67	Provisão para riscos	-	2.642	-	2.642		
Investimento	85.779	79.854	6.228	6.245	Partes relacionadas	5.355	-	-	-		
Imobilizado	50	36	8.138	8.041	Total do passivo não circulante	5.355	2.642	4.376	2.829		
Intangível	-	-	1.542	1.986	Patrimônio líquido						
Ativos de direito de uso	-	-	5.150	1.380	Capital social	71.647	36.000	71.647	36.000		
Total do ativo não circulante	85.829	79.890	21.071	17.732	Reserva de lucros	17.574	39.643	17.574	39.643		
					Outros resultados abrangentes acumulados	5.630	5.550	5.630	5.550		
Total do ativo	130.391	88.166	213.441	172.625	Lucros acumulados	22.016	-	22.016	-		
					Ajuste de avaliação patrimonial	1.647	1.622	1.647	1.621		
					Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	118.515	82.815	118.515	82.814		
					Participação não controladoras	-	-	148	144		
					Total do passivo e patrimônio líquido	130.391	88.166	213.441	172.625		
DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	Capital Social	Reserva de lucros	Outros Resultados Abrangentes	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro Líquido do Exercício	Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas da Companhia (Controladora)	Participações não controladoras	Total (Consolidado)			
Saldo em 31/12/2023 (não auditado)	369.879	48.864	4.623	1.349	81.095	505.810,00	119	505.929			
Cisão cbda	(333.879)	(103.189)	-	-	-	(437.068)	-	(437.068)			
Outros resultados abrangentes	-	-	927	273	-	1.200	24	1.224			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.698	3.698	1	3.699			
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	185	-	-	(185)	-	-	-			
Reversão de dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	9.526	9.526	-	9.526			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(351)	(351)	-	(351)			
Transferência para reserva de lucros	-	3.290	-	-	(3.290)	-	-	-			
Reserva de investimentos e capital de giro	-	90.493	-	-	(90.493)	-	-	-			
Saldo em 31/12/2024	36.000	39.643	5.550	1.622	-	82.815	144	82.959			
Outros resultados abrangentes	-	-	80	25	-	105	2	107			
Ajuste de ano anteriores	-	7.921	-	-	-	7.921	-	7.921			
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.345	31.345	2	31.347			
Destinação do lucro:											
Reserva legal	-	1.567	-	-	(1.567)	-	-	-			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.135)	(3.135)	-	(3.135)			
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	(537)	(537)	-	(537)			
Transferência entre reservas	35.647	(31.557)	-	-	(4.090)	-	-	-			
Saldo em 31/12/2025	71.647	17.574	5.630	1.647	22.016	118.515	148	118.663			
Conrado Comolatti Ruivo - Presidente											
Sergio Comolatti - Presidente Conselho											
Sidney Catania - Diretor Financeiro											
Daniel Costa - Diretor Auditoria											
Tatiana Alonso - Contadora - CRC 1SP 221.505/0-5											
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.											
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia.											

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS											
	Controladora		Consolidado								
	2025	2024	2025	2024							
Receita líquida	37.154	15.071	65.689	64.006							
Custo mercadoria vendida	-	(2.569)	(16.065)	(38.965)							
Lucro bruto	37.154	12.502	49.624	25.041							
Receitas (despesas) operacionais	(3.945)	(8.099)	(17.348)	(18.527)							
Despesas gerais e administrativas	903	350	810	(1.238)							
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	1.403	(509)	-	-							
Equivalência patrimonial	35.515	4.244	33.086	5.276							
Lucro operac. antes das receitas e despesas financeiras	589	1.069	3.925	3.929							
Receita financeira	(148)	(96)	(552)	(3.855)							
Despesa financeira											
Lucro antes do IRPJ e CSLL	35.956	5.217	36.459	5.350							
IRPJ e CSLL	(4.611)	(1.519)	(5.052)	(1.652)							
IRPJ e CSLL - correntes	31.345	3.698	31.407	3.698							
Lucro líquido do exercício	31.345	3.698	31.407	3.698							
Lucro atribuível a:											
Acionistas controladores	31.345	3.698	31.405	3.698							
Participações não controladoras	-	-	2	1							
Lucro por ação	0,44	0,05									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA											
	Controladora		Consolidado								
	2025	2024	2025	2024							
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.405	3.698	31.407	3.698							
Lucro líquido do exercício	9	42	3.019	2.961							
Depreciação e amortização	2.154	1.519	2.595	1.652							
IRPJ e CSLL - correntes	34	36	20	95							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.642)	2.642	(2.642)	2.642							
Provisão para contingências	(1.403)	509	-	-							
Resultado de equivalência patrimonial	(138)	-	(105)	(735)							
Variação cambial	(1)	(119)	235	-							
Baixa de ativo imobilizado	-	-	347	249							
Juros e atualizações monetárias s/ arrendamentos	-	-	-	-							
Variação de ativos operacionais	(22.607)	1.246	(13.232)	(10.599)							
Contas a receber	-	2.568	(7.302)	7.769							
Estoques	-	114	(567)	241							
Impostos a recuperar	12.826	(1.911)	12.786	(1.282)							
Outros ativos	(7.324)	(489)	429	(541)							
Partes relacionadas	-	-	-	(5)							
Depósitos judiciais	2	(624)	1.402	(2.143)							
Fornecedores	2.873	-	2.631	147							
Impostos a recolher	335	3.427	(734)	(3.435)							
Contas a pagar	146	1.248	374	1.406							
Salários e obrigações sociais	5.355	(6.500)	(231)	19.041							
Partes relacionadas	21.024	7.405	30.432	21.160							
Caixa gerado pelas atividades operacionais	19.294	6.114	27.921	19.507							
Juros sobre arrendamento pago	-	-	(347)	(249)							
IRPJ pago	(1.730)	(1.291)	(2.164)	(1.404)							
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.564	4.823	25.757	17.854							
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(22)	-	(1.593)	(652)							
Aquisição/baixa de imobilizado e intangível	(12.850)	-	(12.850)	-							
Adiantamento para aquisições	(4.385)	-	-	-							
Aumento de capital em investida	-	-	-	-							
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.257)	-	(14.443)	(652)							
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-	-	(1.293)	(1.361)							
Pagamento de arrendamentos - principal	8.356	(5.526)	8.356	(13.169)							
Partes relacionadas	(4.029)	-	(4.029)	-							
Dividendos	-	-	-	(205)							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-							
Fluxo de caixa líquido gerado(aplicado) nas atividades de financiamentos	4.328	(5.526)	3.035	(14.735)							
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.366	588	16.513	4.120							
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	588	33.755	17.406	46.277							
Efeito das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas estrangeiras	-	-	70	1.148							
Caixa e equivalentes de cindidos	-	(33.755)	-	(34.139)							
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.366	588	33.990	17.406							
Aumento(redução) líquido de caixa e equiv. de caixa	6.366	588	16.513	4.120							

Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A.

CNPJ Nº 21.581.284/0001-27 - NIRE (JUCESP) 35300474015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: 31/07/2026, às 10:00 horas, na sede da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia dos Tamoios S/N, Bairro Zona Rural, Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, complemento quilômetro 65-400, CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da acionista única, Atria Investimentos e Participações S.A. ("Acionista"), na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). MESA: Sr. Luis Felipe de Oliveira Neves, Presidente; e Tatiana Destro Sartori, Secretária da Mesa. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: A Acionista única adotou as seguintes deliberações: (i) Aceitar o pedido de renúncia ao mandato de Diretor apresentado nesta data pelo Sr. Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro Albuquerque,

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,1267 / R\$ 5,1273 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1045 / R\$ 5,1065 *
Turismo - R\$ 5,1251 /
R\$ 5,3051
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: -0,89%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +3,05%
Pontos: 185.205
Volume financeiro:
R\$ 40,933 bilhões
Maiores altas: Magazine
Luiza ON (+16,88%),
Azzas ON (+11,28%),
Assaí ON (+7,41%)
Maiores baixas: Cosan
ON (-4,53%), Rumo
ON (-4,18%), TIM ON
(+0,27%)
S&P 500 (Nova York):
0,46%
Dow Jones (Nova York):
0,56%
Nasdaq (Nova York):
0,45%
CAC 40 (Paris): -0,26%
Dax 30 (Frankfurt):
-0,5%
Financial 100 (Lon-
dres): -0,3%
Nikkei 225 (Tóquio):
-2,85%
Hang Seng (Hong
Kong): -0,07%
Shanghai Composite
(Xangai): -0,97%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): nan%
Merval (Buenos Aires):
1,86%
IPC (México): 0,57%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S/A																																																									
CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80																																																									
Relatório da Administração																																																									
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.																																																									
Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																																																									
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	31/12/2025	31/12/2024																																																				
Circulante	20.557	12.496	Circulante	5.440	7.451																																																				
Caixa e equivalentes de caixa	13.113	7.536	Fornecedores	44	2.752																																																				
Contas a receber de clientes	7.424	4.880	Tributos a recolher	1.482	1.004																																																				
Impostos à recuperar	–	80	Outras obrigações	–	142																																																				
Adiantamento a fornecedores	19	–	Parcelamento de impostos	418	418																																																				
			Impostos e contribuições diferidos	1.079	709																																																				
			Dividendos a pagar	2.417	2.426																																																				
Não Circulante	303.736	306.766	Não Circulante	4.554	4.533																																																				
Contas a receber de clientes	15.458	12.453	Parcelamento de impostos	275	691																																																				
Depósitos judiciais	5.406	5.406	Impostos e contribuições diferidos	2.246	1.809																																																				
Demais ativos não circulantes	10	10	Provisão para riscos fiscais	2.033	2.033																																																				
Propriedade para investimento	282.861	288.897	Patrimônio Líquido	314.299	307.278																																																				
			Capital social	288.568	83.543																																																				
			Reserva de capital	–	201.167																																																				
			Adiantamento para futuro aumento de capital	–	3.858																																																				
			Reservas de lucros	25.731	18.710																																																				
Total do Ativo	324.293	319.262	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	324.293	319.262																																																				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																																																									
	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Dividendos mínimos obrigatórios não pagos	Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	103.543	201.167	3.858	157	5.587	747	–	315.059																																																	
Redução de capital	(20.000)	–	–	–	–	–	–	(20.000)																																																	
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(2.242)	(747)	–	(2.989)																																																	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	19.944	19.944																																																	
Constituição da reserva legal	–	–	–	998	–	–	(998)	–																																																	
Apropriação dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(4.736)	(4.736)																																																	
Transferência reserva de lucros	–	–	–	–	14.210	–	(14.210)	–																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	83.543	201.167	3.858	1.155	17.555	–	–	307.278																																																	
Aumento de capital	205.025	(201.167)	(3.858)	–	–	–	–	–																																																	
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(17.388)	–	–	(17.388)																																																	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	32.012	32.012																																																	
Constituição da reserva legal	–	–	–	1.768	(167)	–	(1.601)	–																																																	
Apropriação dividendos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(7.603)	(7.603)																																																	
Transferência reserva de lucros	–	–	–	–	22.808	–	(22.808)	–																																																	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	288.568	–	–	2.923	22.808	–	–	314.299																																																	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																									
1. Contexto operacional – A REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), foi constituída em 28 de março de 1996, na forma de sociedade empresária limitada, na cidade de São Paulo, Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Rua Hungria, 1400 – 8º andar, na cidade de São Paulo, SP. A Companhia tem como objeto social: (a) no planejamento, desenvolvimento e implementação de um empreendimento imobiliário que foi construído sobre o imóvel objeto da matrícula nº 137.630 do Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP; (b) na promoção e locação das unidades, do estacionamento e demais áreas sujeitas à exploração comercial integrantes de tal empreendimento; e (c) adicionalmente, o empreendimento será para locação. Ao longo de 2021, o empreendimento obteve o habite-se da Prefeitura de São Paulo, bem como foram realizadas as vistorias com a construtora para formalizar a entrega da obra. A Companhia desenvolve seus negócios dentro de um contexto de grupo Empresarial, utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando os custos administrativos e os esforços de gestão. 2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de agosto de 2026. 3. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. a. Caixa e equivalente de caixa: A Companhia classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias. b. Propriedade para investimento: Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material, mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. c. Receitas de aluguel: A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas.																																																									
4. Caixa e equivalentes de caixa <table><tr><th></th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Depósitos bancários</td><td>12</td><td>23</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>13.101</td><td>7.513</td></tr><tr><td></td><td>13.113</td><td>7.536</td></tr></table> 5. Contas a receber de clientes <table><tr><th></th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Contas a receber (financeiro)</td><td>3.860</td><td>2.170</td></tr><tr><td>Contas a receber diferido – linearização de contratos</td><td>19.022</td><td>15.163</td></tr><tr><td></td><td>22.882</td><td>17.333</td></tr></table> Circulante 7.424 4.880 Não Circulante 15.458 12.453 6. Depósitos judiciais – Trata-se de discussão à respeito da base de cálculo do ITBI pago na aquisição de fração ideal de imóvel pela incorporada Saint Patrick (incorporada em novembro de 2017). Em 2023 o processo administrativo de pedido de não incidência de ITBI foi indeferido. Com a finalidade de manter o processo em andamento, a Companhia realizou depósito no montante de R\$ 5.131 valor correspondente ao tributo atualizado incluindo custas e honorários, e encaminhou o processo para esfera judicial. O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 5.406. 7. Propriedades para Investimentos <table><tr><th></th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Terreno</td><td>62.729</td><td>62.729</td></tr><tr><td>Imóvel concluído</td><td>228.555</td><td>228.555</td></tr><tr><td>Mais valia</td><td>6.900</td><td>7.017</td></tr><tr><td>Depreciação acumulada (taxa de 2% a.a.)</td><td>(21.081)</td><td>(16.635)</td></tr><tr><td>Total de imóveis</td><td>277.103</td><td>281.666</td></tr><tr><td>Comissões sobre contratos de locação (a)</td><td>5.758</td><td>7.231</td></tr><tr><td>Total de propriedades para investimentos</td><td>282.861</td><td>288.897</td></tr></table>											31/12/2025	31/12/2024	Depósitos bancários	12	23	Aplicações financeiras	13.101	7.513		13.113	7.536		31/12/2025	31/12/2024	Contas a receber (financeiro)	3.860	2.170	Contas a receber diferido – linearização de contratos	19.022	15.163		22.882	17.333		31/12/2025	31/12/2024	Terreno	62.729	62.729	Imóvel concluído	228.555	228.555	Mais valia	6.900	7.017	Depreciação acumulada (taxa de 2% a.a.)	(21.081)	(16.635)	Total de imóveis	277.103	281.666	Comissões sobre contratos de locação (a)	5.758	7.231	Total de propriedades para investimentos	282.861	288.897
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Depósitos bancários	12	23																																																							
Aplicações financeiras	13.101	7.513																																																							
	13.113	7.536																																																							
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Contas a receber (financeiro)	3.860	2.170																																																							
Contas a receber diferido – linearização de contratos	19.022	15.163																																																							
	22.882	17.333																																																							
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Terreno	62.729	62.729																																																							
Imóvel concluído	228.555	228.555																																																							
Mais valia	6.900	7.017																																																							
Depreciação acumulada (taxa de 2% a.a.)	(21.081)	(16.635)																																																							
Total de imóveis	277.103	281.666																																																							
Comissões sobre contratos de locação (a)	5.758	7.231																																																							
Total de propriedades para investimentos	282.861	288.897																																																							
Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																																																									
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Receitas operacionais líquidas	43.228	33.647																																																							
Custo com locação	(6.036)	(5.652)																																																							
Lucro bruto	37.193	27.995																																																							
Despesas e receitas operacionais																																																									
Despesas gerais e administrativas	(898)	(2.914)																																																							
Despesas tributárias	(301)	(2.727)																																																							
Outras receitas (despesas) operacionais	215	988																																																							
Lucro antes do resultado financeiro	36.209	23.342																																																							
Resultado financeiro																																																									
Receitas financeiras	1.549	1.249																																																							
Despesas financeiras	(356)	(279)																																																							
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.402	24.312																																																							
Imposto de renda e contribuição social	(5.390)	(4.368)																																																							
Lucro líquido do exercício	32.012	19.944																																																							
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)																																																									
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Demonstração dos fluxos de caixa																																																									
Fluxo de caixa das atividades operacionais																																																									
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.402	24.312																																																							
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:																																																									
Depreciações e amortizações	4.563	4.446																																																							
Amortizações e comissões sobre contratos de locação	1.473	1.206																																																							
Pis e Cofins diferidos	203	128																																																							
	43.641	30.092																																																							
Variações nos ativos e passivos operacionais:	(13.064)	(6.654)																																																							
Caixa e equivalentes proveniente das atividades operacionais	30.577	23.438																																																							
Aumento em propriedades para Investimentos	–	(1.796)																																																							
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de investimentos	–	(1.796)																																																							
Redução de capital	–	(20.000)																																																							
Lucros distribuídos	(25.000)	(5.301)																																																							
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de financiamentos	(25.000)	(25.301)																																																							
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa:	5.577	(3.659)																																																							
Caixa e equivalentes de caixa:																																																									
No início do exercício	7.536	11.195																																																							
No fim do exercício	13.113	7.536																																																							
8. Patrimônio Líquido – a. Capital Social: O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 205.024 (R\$ 83.543 em 2024) representado por 181.096.228 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pela VR Desenvolvimento de Negócios S.A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2024, a acionista aprovou a redução de capital no montante de R\$ 20.000, por ser excessivo em relação ao objeto social da Companhia, passando o capital de R\$ 103.543 para R\$ 83.543, com cancelamento de 43.353.670 ações ordinárias. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2025, a acionista aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 205.025, passando o capital de R\$ 83.543 para R\$ 288.568, com a emissão de 444.457.128 novas ações, totalizando 625.553.356 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 9. Receitas operacionais líquidas <table><tr><th></th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Receita bruta com locações</td><td>44.866</td><td>34.922</td></tr><tr><td>Tributos incidentes sobre locação (PIS/COFINS)</td><td>(1.638)</td><td>(1.275)</td></tr><tr><td></td><td>43.228</td><td>33.647</td></tr></table> 10. Custos e despesas operacionais <table><tr><th></th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Serviços advocatícios</td><td>(190)</td><td>(355)</td></tr><tr><td>Outros serviços terceiros PJ</td><td>(115)</td><td>(127)</td></tr><tr><td>Condomínio de unidades vagas</td><td>(593)</td><td>(2.424)</td></tr><tr><td>Depreciação de imóveis e amortização</td><td>(4.563)</td><td>(4.446)</td></tr><tr><td>Amortização de comissões</td><td>(1.473)</td><td>(1.206)</td></tr><tr><td>IPTU de unidades vagas</td><td>(298)</td><td>(2.727)</td></tr><tr><td>Outras despesas</td><td>(3)</td><td>(8)</td></tr><tr><td></td><td>(7.235)</td><td>(11.293)</td></tr><tr><td>Custo com locação</td><td>(6.036)</td><td>(5.652)</td></tr><tr><td>Despesas gerais e administrativas</td><td>(898)</td><td>(2.914)</td></tr><tr><td>Despesas tributárias</td><td>(301)</td><td>(2.727)</td></tr></table>											31/12/2025	31/12/2024	Receita bruta com locações	44.866	34.922	Tributos incidentes sobre locação (PIS/COFINS)	(1.638)	(1.275)		43.228	33.647		31/12/2025	31/12/2024	Serviços advocatícios	(190)	(355)	Outros serviços terceiros PJ	(115)	(127)	Condomínio de unidades vagas	(593)	(2.424)	Depreciação de imóveis e amortização	(4.563)	(4.446)	Amortização de comissões	(1.473)	(1.206)	IPTU de unidades vagas	(298)	(2.727)	Outras despesas	(3)	(8)		(7.235)	(11.293)	Custo com locação	(6.036)	(5.652)	Despesas gerais e administrativas	(898)	(2.914)	Despesas tributárias	(301)	(2.727)
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Receita bruta com locações	44.866	34.922																																																							
Tributos incidentes sobre locação (PIS/COFINS)	(1.638)	(1.275)																																																							
	43.228	33.647																																																							
	31/12/2025	31/12/2024																																																							
Serviços advocatícios	(190)	(355)																																																							
Outros serviços terceiros PJ	(115)	(127)																																																							
Condomínio de unidades vagas	(593)	(2.424)																																																							
Depreciação de imóveis e amortização	(4.563)	(4.446)																																																							
Amortização de comissões	(1.473)	(1.206)																																																							
IPTU de unidades vagas	(298)	(2.727)																																																							
Outras despesas	(3)	(8)																																																							
	(7.235)	(11.293)																																																							
Custo com locação	(6.036)	(5.652)																																																							
Despesas gerais e administrativas	(898)	(2.914)																																																							
Despesas tributárias	(301)	(2.727)																																																							
A Diretoria Ademar Ripke Júnior – Contador CRC 1SP 217.934/O-2																																																									

Sei Henrique Martins

Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ nº 34.185.236/0001-61 - NIRE 35.235.575.126

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 01/09/26, às 10hs, na sede social, Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1830, 5º andar, Torre III, Itaim Bibi, CEP 04543-900, São Paulo (SP). **Convocação.** Dispensada, considerando a presença da totalidade dos sócios. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa.** Antonio Setin – Presidente, Priscilla Maria Mendonça Albuquerque - Secretária. **Deliberações Aprovadas.** 1. Redução do capital social, de R\$ 24.243.500,00, para R\$ 15.743.500,00, redução, portanto, de R\$ 8.500.000,00, com o correspondente cancelamento de 8.500.000 quotas, na proporção de participação de cada sócia no capital social, sendo aprovada a redução do capital social, por ser considerado excessivo com relação ao seu objeto social, nos termos do Art. 1.082, II, do Código Civil, a ser restituído às Sócias, em moeda corrente nacional, na proporção de suas participações no capital social e 2. Autorizar a diretoria a providenciar a publicação da presente, bem como a assinar os documentos necessários. Nada mais. SP, 01/09/26. SEI Incorporação e Participações S.A., Antonio Setin e ASTIN Participações S.A., Antonio Setin.

Projeto ACBR Consultoria S.A

CNPJ nº 18.760.540/0001-39 - NIRE 35.300.621.701

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/07/2026

Data, Hora e Local: Em 29/07/2026, às 16hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em razão da presença de acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia. **Mesa:** Diretor Presidente: Daniel Simões de Almeida; e **Secretário:** Pedro Luis Amaral Pedrosa **Deliberações aprovadas:** (i) A reeleição do Diretor da Companhia, Sr. Daniel Simões de Almeida, brasileiro, empresário, com mandato de 3 anos, até a Assembleia Geral que deliberar sobre sua substituição ou reeleição, permanecendo no cargo até a investidura de seu sucessor. (ii) Em decorrência das deliberações ora aprovadas, fica alterado o artigo oitavo do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 8º** - A Companhia será administrada pelo Diretor Daniel Simões de Almeida, estando dispensado de prestar caução para exercício das suas funções. Os Diretores poderá ser acionista ou não, residente no país, e será eleito e destituído a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. (iii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 29/07/2026. JUCESP nº 323.507/26-8 em 25/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557.743 - Sociedade por Ações Fechada

Edital de Convocação de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 9 de setembro de 2026

A acionista Distribuidora Pitanguinhas de Produtos Agropecuários S.A., sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.069.113/0001-08, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, vem pela presente, convocar os senhores acionistas da Qualiciclo Agrícola S.A., sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.784.681/0001-87, com sede na Av. Mogi Mirim, nº 934, complemento 1002, bairro Boa Vista, no município de Limeira, no Estado de São Paulo, CEP 13.486-170 (“Companhia”), a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 9 de setembro de 2026, às 10:00, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: 1. Consignar a renúncia do Sr. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino ao cargo de Diretor da Companhia; 2. Eleger o Sr. Christophe Montenegro Moreira ao cargo de Diretor da Companhia; e 3. Autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico até 4 de setembro de 2026. A Companhia realizará o envio do

NEGÓCIOS

Magalu passa a vender produtos pelo Mercado Livre para ampliar base de clientes



Produtos do grupo Magalu passarão, a partir desta quarta-feira (2), a ser vendidos pelo Mercado Livre. O acordo anunciado pelas empresas prevê a comercialização de 27 mil itens do Magazine Luiza (móveis e eletrodomésticos), KaBum! (games e produtos de informática) e Época Cosméticos (cosméticos e perfumaria) pelo marketplace argentino.

Segundo a Magalu, o objetivo do acordo é somar os clientes das plataformas e ampliar as vendas da marca no curto prazo. A companhia afirma ter cerca de 50 milhões de cadastros na própria base de dados. Já o Mercado Livre diz ter fechado o segundo trimestre de 2026 com 89,3 milhões de compradores únicos ativos, 26% a mais do que

no mesmo período de 2025.

Por volta das 13h40, as ações do Magalu subiam 22,51%, a R\$ 5,66. Na máxima do dia, os papéis da varejista chegaram a R\$ 5,75, alta de 24,46%.

A assessoria do Mercado Livre informou que não haverá destaque para itens Magalu no site. "O algoritmo de busca funciona sob critérios estritamente técnicos e objetivos para priorizar a experiência do usuário final. O ranqueamento e o destaque são orgânicos, definidos por fatores como competitividade de preço, velocidade de entrega e qualidade do atendimento, e isso se aplica também ao Magalu", diz o marketplace.

Além da venda, o grupo brasileiro fará a entrega dos produtos por meio da empresa de logística Maga-

log. O acordo selado entre as plataformas é, segundo a Magalu, semelhante a outros feitos com Amazon, AliExpress, Americanas, Itáú Shopping e Livelu.

Para Marcelo Boragini, especialista em renda variável da Davos Investimentos, a operação amplia o alcance dos produtos do Magazine Luiza "sem exigir o mesmo investimento que seria necessário, por exemplo, para levar esse tráfego aos canais próprios da companhia".

"Investidores enxergaram a parceria como um novo canal de crescimento para o Magalu, especialmente em um momento ainda desafiador para o varejo, com juros elevados e consumo mais dependente de crédito".

Folhapress

Veto a propaganda de bets avança no Senado e mira TV, futebol e influenciadores

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado aprovou nesta quarta-feira (2) um projeto que proíbe as propagandas das bets. Na mesma sessão, o grupo também referendou um pedido para que o texto vá direto ao plenário da Casa.

Congressistas favoráveis ao texto tentam votar a proposta até esta quinta-feira (3). Isso porque a partir da próxima semana o Congresso Nacional ficará praticamente vazio, com os políticos focados nas atividades eleitorais nos próprios estados.

Pelo projeto, ficam vedadas propagandas de casas de aposta de quota fixa na televisão, no rádio, em jornais e revistas, podcasts, redes sociais, sites, buscadores e até serviços de streaming.

O texto também proíbe patrocínio das bets a clubes, campeonatos esportivos, transmissões esportivas, influenciadores e atletas.

A categoria "quota-fixa" se refere aos jogos aquelas em que a pessoa sabe quanto vai ganhar no momento em que tenta a sorte. Por

exemplo, as apostas esportivas, roletas, cassino ou o tigrinho.

O projeto ainda tipifica como crime o ato de "divulgar, promover, veicular, anunciar ou intermediar a publicidade" de bets ilegais. A pena básica é de um a cinco anos, mas pode chegar a quase nove anos caso seja cometido por pessoas conhecidas publicamente.

Atualmente, as propagandas e os patrocínios se tornaram uma das principais fontes de renda do esporte. Quase todos os times da Série A, por exemplo, tem algum tipo de acordo comercial com casas de aposta.

A ofensiva contra as bets se intensificou depois da Copa do Mundo, torneio que ficou marcada pela presença agressiva de publicidade durante as transmissões, inclusive no meio dos jogos e interrompendo a própria narração da partida.

Em resposta, o governo Lula (PT) criou mecanismos mais rígidos para as publicidades. Nesta terça (1º), o petista prometeu tomar uma decisão drástica contra o setor.

Folhapress

Cade nega pedido da Keeta para barrar cláusulas de exclusividade da 99Food



O tribunal do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) negou um pedido da Keeta para proibir a 99Food de firmar contratos que impeçam restaurantes parceiros de entrar em plataformas concorrentes específicas, como a própria rival chinesa e a Rappi.

Em julgamento nesta quarta-feira (2), os conselheiros entenderam que não há elementos, no momento, que justifiquem uma atuação cautelar do Cade. Ainda assim, determinaram que a Superintendência-Geral do órgão dê andamento às investigações.

O presidente do tribunal do Cade, Diogo Thomson de Andrade, argumentou que uma intervenção prematura, ainda sem dados preci-

sos sobre a participação de mercado de cada uma das empresas, por exemplo, poderia criar efeitos indesejados no segmento de delivery.

No centro do debate estão as cláusulas da 99Food que oferecem um investimento inicial a restaurantes parceiros em troca da garantia de que não firmarão contratos com plataformas concorrentes, como Keeta e Rappi. A Keeta chama essas cláusulas, que preservam a empresa dominante do mercado, o iFood, mas miram aplicativos menores, de "cláusulas de banimento", ao passo que a 99 fala em "semiexclusividade".

Em nota, a 99Food diz que recebe de forma serena a decisão do Cade de negar a medida preventiva, e defen-

de a inclusão do iFood e da Keeta na investigação que será conduzida pela Secretaria-Geral do órgão anti-truste. "Estamos confiantes de que um exame mais detido apenas confirmará que as práticas da 99Food beneficiam os restaurantes parceiros e a concorrência como um todo", afirma a empresa.

A Keeta enfatizou que o Cade determinou a reabertura da investigação, e afirmou que, no julgamento desta quarta-feira (2), o tribunal levantou sérias preocupações quanto aos efeitos das cláusulas da 99Food. "A Keeta permanece confiante na atuação das autoridades para corrigir as disfunções do mercado de food delivery no Brasil", diz a empresa.

Folhapress